



ROTEIRO DA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Texto de Filomena Matos
(Conselho Nacional de Educação)
e Helena Ferraz (Direcção-Geral de Inovação
e Desenvolvimento Curricular)
Ilustrações de Beatriz (8 anos) e João (6 anos)

A integração da Educação Artística como componente obrigatória dos programas educativos de todos os países foi uma das metas consensualmente referidas na Conferência Mundial de Educação Artística, realizada em Lisboa, da qual resultou um conjunto de recomendações compilado num documento intitulado Roteiro da Educação Artística.

As conclusões da Conferência Mundial de Educação Artística, que teve lugar em Lisboa, de 6 a 9 de Março, foram compiladas num Roteiro da Educação Artística, cujo texto original se encontra disponível no endereço: <http://www.unesco.org/culture/lea>.

Este documento, que explora as vantagens da Educação Artística tendo em conta as necessidades de criatividade e cultura do século XXI, defende e orienta a introdução deste domínio em ambientes de aprendizagem, ou a sua promoção nos casos em que já esteja contemplado.

→ A Educação Artística como componente obrigatória dos programas educativos

A integração da Educação Artística como componente obrigatória dos programas educativos de qualquer país é considerada condição essencial para cumprir um dos seus objectivos – o de reforço do direito à educação e participação cultural – que decorre, aliás, de desígnios internacionais expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção sobre os Direitos da Criança. A cultura e as artes são consideradas componentes fundamentais de uma educação que vise o desenvolvimento pleno dos indivíduos, pelo que a sua obrigatoriedade permitiria garantir o acesso de todos aos seus benefícios e potencialidades.

Quanto às restantes finalidades, a sua formulação baseia-se precisamente na natureza e características das artes que as tornam factores de desenvolvimento das capacidades individuais, de melhoria da qualidade da educação e de promoção da expressão da diversidade cultural.

A cultura e as artes são consideradas componentes fundamentais de uma educação que vise o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

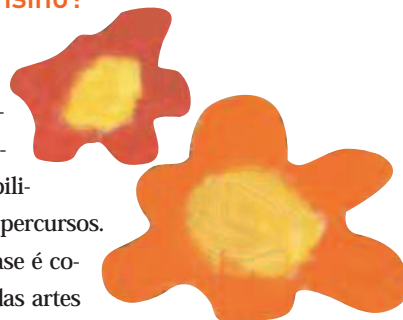
No caso do desenvolvimento das capacidades individuais, a Educação Artística toma como ponto de partida o potencial criativo de cada indivíduo e explora-o através das artes num ambiente e numa prática de imersão em experiências e processos criativos que estas proporcionam. De acordo com a investigação disponível, os contributos da Educação Artística situam-se, sobretudo, ao nível da capacidade de iniciativa, da imaginação e inteligência emocional, do desenvolvimento moral e cognitivo, da capacidade de reflexão crítica, do sentido de autonomia, bem como da liberdade de pensamento e de acção.

A melhoria da qualidade da educação é, por sua vez, garantida por uma intervenção centrada em quatro dos factores de qualidade identificados no Quadro de Acção de Dakar (2000), relacionados com processos de aprendizagem activa, currículos localmente relevantes, passíveis de captar o interesse e o entusiasmo dos alunos, com o respeito e envolvimento das comunidades e culturas locais e, finalmente, com a existência de professores motivados e com formação adequada.

A promoção da expressão da diversidade cultural também se alicerça na natureza das artes, enquanto manifestações de cultura que simultaneamente se constituem em veículos de difusão da mesma. Cada cultura tem expressões artísticas e práticas únicas, pelo que, ao incorporá-las, as artes não só exprimem a singularidade como, pela sua difusão, igualmente espelham a diversidade. Por outro lado, a tomada de consciência e o conhecimento de diferentes práticas culturais e formas de arte reforçam a construção de identidades e valores individuais e colectivos, enquanto promovem o respeito pelo outro, pela cultura do outro, pela diversidade.

→ Artes: objecto ou método de ensino?

Um documento estratégico com estas características, em face de uma enorme multiplicidade de campos, perspectivas e práticas, procura harmonizar alguns conceitos que viabilizem um traçado convergente de metas e percursos. Perante a variedade de áreas artísticas, a ênfase é colocada nas características interdisciplinares das artes





e nos seus aspectos comuns, em detrimento de delimitações de campos e sistematizações estereis, necessariamente inacabadas e dificilmente exclusivas.

Quanto à intervenção educativa neste domínio e na sequência do enunciado de alguns princípios a nortear as práticas, são sublinhadas duas abordagens de Educação Artística, de acordo com o papel que desempenham no processo educativo: objecto ou método de ensino e aprendizagem.

No primeiro caso, as artes são a matéria a estudar e pretendem sobretudo desenvolver as competências artísticas daqueles que aprendem; no segundo caso – em que é dada a designação de Artes na Educação –, as artes têm um papel instrumental para a aprendizagem de outras disciplinas, quer para melhorar a compreensão dos respectivos conteúdos através da utilização de elementos das artes visuais, da música ou das artes performativas, quer para contribuir para uma melhor adaptação a diferentes estilos de aprendizagem (relembre-se a teoria das “inteligências múltiplas”) ou para a contextualização de teorias, através da aplicação prática de disciplinas artísticas. É, no entanto, referido que estas duas abordagens não são opostas e que até podem ser implementadas em conjunto.

O esforço de clarificação deste documento abrange ainda o domínio da organização da intervenção, com a definição de três dimensões que são formuladas em termos de graus de aproximação às artes: num primeiro momento, “o aluno adquire conhecimento em interacção com o objecto de arte, com o artista e com o professor”; num segundo momento, “o aluno adquire conhecimento através da sua própria prática no domínio das artes”; e, finalmente, num terceiro momento, “o aluno adquire conhecimento através da investigação e do estudo (de uma forma de arte e da sua relação com a história)”.

→ Estratégias para melhorar a qualidade da Educação Artística

Para melhorar a qualidade da Educação Artística defende-se um investimento na formação e no estabelecimento de parcerias entre professores e artistas. Sem esquecer o aprofundamento e o alargamento de perspectivas da formação específica dos

professores de arte, preconiza-se que os professores, em geral, sejam habilitados a analisar, interpretar e avaliar obras de arte, mas também, e em paralelo, a introduzir o ensino da arte nas suas práticas curriculares, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, eventualmente em colaboração com instituições culturais ou artísticas locais. A formação de artistas cumpriria, por seu lado, o objectivo de melhorar as suas competências pedagógicas, preparando-os não só para a cooperação com os professores e as escolas, como também para a comunicação e relacionamento mais directo com os alunos.

Urge que se potenciem as sinergias entre a arte e a educação para a promoção de uma aprendizagem criativa. Para que essa interacção se verifique, torna-se imprescindível que se estabeleçam as necessárias parcerias aos diferentes níveis de decisão política ou profissional, desde o plano da administração central ou local até ao plano da docência.

→ O papel da investigação e da partilha de conhecimento

Parte-se do pressuposto que a propagação de competências culturais e criativas para o século XXI só será possível se houver uma forte aposta na Educação Artística e na vertente de Artes na Educação. Para que isso aconteça, é necessário não só fornecer provas credíveis do papel privilegiado que esta área pode desempenhar nesse processo, mas também produzir conhecimento sobre os mecanismos que o favorecem.

Urge que se potenciem as sinergias entre a arte e a educação para a promoção de uma aprendizagem criativa.

Até agora, as provas que têm sido produzidas são “escassas, casuísticas ou de difícil acesso”. Esta ausência de um corpo de informação disponível é considerada um dos principais entraves à capacidade de melhorar as práticas e de influenciar a decisão política, assim como à própria integração das artes nos sistemas educativos.

Esta insuficiência nunca será superada se não houver um esforço de perspetivação estratégica neste domínio, capaz de:

- Constituir uma agenda de investigação e garantir os meios financeiros adequados;
- Promover a sua realização junto de públicos para tal vocacionados;
- Promover a cooperação interdisciplinar em relação a metodologias de investigação para as artes;
- Incentivar a constituição de bancos de dados ou “observatórios” que colijam, analisem, sistematizem e disseminem informação e conhecimento sobre a matéria.

→ Recomendações para mais e melhor Educação Artística

A eficácia das propostas apresentadas neste Roteiro depende de uma intervenção congruente de instâncias diversas, com competências aos vários níveis de decisão política e profissional. Não admira, portanto, que a coroar os caminhos traçados, este documento tenha coligido um conjunto de recomendações que resultam de conferências preparatórias da Conferência Mundial de Educação Artística de Lisboa e de outros grupos de discussão, encontrando-se estruturadas segundo planos de intervenção e correspondentes categorias de actores.

Em coerência com o relevo que vem sendo atribuído ao estabelecimento de parcerias e à cooperação, todos os grupos visados nestas recomendações recebem um apelo neste sentido, em função das respectivas possibilidades de actuação, além de igualmente se estimular a interacção entre os mesmos. ::

DE ACORDO COM AS CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, RECOMENDA-SE:

→ Ao grupo dos educadores, pais, artistas e directores de escolas e outras instituições educativas que actuem no plano da promoção, do apoio e da educação, conferindo uma maior visibilidade ao mérito e impacto social desta área, ao mesmo tempo que investem no ensino e na aprendizagem das artes e pelas artes. No plano da implementação, avaliação e partilha de conhecimento, devem centrar-se no desenvolvimento e avaliação de projectos comunitários, bem como na disseminação do conhecimento produzido nesse contexto.

→ Aos ministros e políticos que actuem ao nível do reconhecimento do papel da Educação Artística, nos termos acima descritos, com a atribuição de um estatuto condizente nos sistemas de educação. Devem, igualmente, apostar no desenvolvimento de políticas de Educação Artística consentâneas com as culturas nacionais, regionais e locais, disponibilizando os meios que permitam a sua efectiva concretização.

→ À UNESCO e outras organizações intergovernamentais e não-governamentais que, no plano da promoção e apoio, estabeleçam as ligações com os programas em curso de Educação para Todos e de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, criando apoios financeiros às várias vertentes de acção e incentivando os *media* para um trabalho de sensibilização do público em geral. Também se espera destas organizações o estabelecimento de parcerias e redes de cooperação entre os Estados Membros a vários níveis e com diversas instituições, fomentando a investigação, a avaliação e a partilha de conhecimento, tão necessárias ao desenvolvimento e melhoria da qualidade da Educação Artística.

Para conhecer a versão integral das recomendações aprovadas na Conferência Mundial da Educação Artística, consultar:

http://www.unesco.pt/pdfs/docs/Recomendacoes_CMEA.doc